

O Encontro Estadual do Programa Valorização - Juiz Valorizado, Justiça Completa!, promovido pelo Tribunal de Justiça do RS (TJRS) com apoio da AJURIS e da Escola Superior da Magistratura (ESM), reuniu magistrados e assessores de comunicação de todas as esferas do Judiciário, associações e escolas da Magistratura com sede no RS na ESM, nesta segunda-feira (10/9).

Este é o primeiro evento regional, realizado a partir de iniciativa de um tribunal estadual, de uma série a ser promovida em todo o País. As reuniões foram previstas no programa lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) este ano.

Com a realização de encontros regionais, o CNJ pretende aprofundar o debate sobre questões como atuação e formação do magistrado, seu papel na sociedade e a relação com a imprensa, colhendo sugestões para incrementar o projeto. “A finalidade do evento é aglutinar os magistrados do RS em torno da elaboração de sugestões a serem apresentadas ao CNJ. A ideia é que continuemos ativos e propositivos, para moldar as conclusões que serão exportadas nesse projeto de valorização”, enfatizou o presidente do Conselho de Administração, Planejamento e Gestão (CONAD) do TJRS, Aymoré Roque Pottes de Mello.

As proposições debatidas pelos grupos temáticos, na parte da tarde, foram reunidas e serão compiladas em um documento, com redação final, que será entregue posteriormente ao conselheiro do CNJ, José Lúcio Munhoz, que participou do evento. Para conhecer o conteúdo das propostas, na íntegra, [CLIQUE](#) aqui.

Manhã foi de palestras com representantes do Judiciário

Na abertura, o presidente do TJRS, Marcelo Bandeira Pereira, mencionou a relação intrínseca

entre o Poder Judiciário e um dos seus principais agentes, o magistrado, para ressaltar a necessidade de valorizar a categoria. “A Justiça será o que forem seus juízes. Por isso, cabe investir na atualização profissional, no aprimoramento e na tomada de providências que servem para dar condições ao magistrado para bem desempenhar suas funções. Entre essas medidas, estão aquelas que reforçam a sua autoestima e a proteção em geral. E que bom que o CNJ tenha feito esse diagnóstico: valorizar a figura do juiz”, observou.

O conselheiro José Lúcio Munhoz, idealizador do programa no CNJ, apresentou pontos centrais da iniciativa e revelou dados que demonstram o excesso de trabalho dos juízes, ponto fulcral em qualquer debate sobre a classe. Segundo o levantamento Justiça em Números, 1,3 mil novos processos por magistrado são ajuizados por ano. “Quase dez vezes uma média europeia por ano. O juiz está assoberbado de trabalho, trabalhando à exaustão”, disse. Os mesmos números demonstram que, no Judiciário brasileiro, há 25 milhões de novos processos por ano, enquanto que são proferidas 22 milhões de novas sentenças no mesmo período.

Conselheiro Munhoz, idealizador da iniciativa no CNJ, falou sobre o programa aos magistrados e jornalistas







alexandre@ajuris.org.br